



Grupo Caixa Geral de Depósitos

Fundo Especial de Investimento Aberto
CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS

RELATÓRIO & CONTAS

1º SEMESTRE DE 2009

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	2
EVOLUÇÃO DOS MERCADOS	3
PERSPECTIVAS	5
A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS	6
RELATÓRIO DE GESTÃO	7
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9

EM ANEXO:

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Evolução Global

A actividade económica mundial continuou em contracção durante o primeiro semestre de 2009. As principais economias voltaram a registar taxas de crescimento muito negativas, devido essencialmente à quebra do Investimento Privado. No segundo trimestre, apesar do quadro geral se manter recessivo os indicadores de actividade conhecidos mostram sinais de recuperação.

Para estimular o funcionamento dos mercados financeiros e da actividade económica, os diversos Governos decretaram estímulos fiscais ao investimento, e os Bancos Centrais desceram as taxas de juro directoras e expandiram os programas de compra de activos no mercado.

Estados Unidos da América

Os indicadores de confiança dos industriais dos EUA subiram ao longo do primeiro semestre do ano, contudo, mantendo-se a níveis muito baixos. O mercado de trabalho ganhou, no período em análise, um destaque negativo, tendo a taxa de desemprego atingido o nível mais elevado dos últimos 26 anos: 9,6%. Esta situação, no entanto, não impediu que a confiança dos consumidores tenha mostrado um aumento. No mercado de habitação, manteve-se a conjuntura de descida dos preços das habitações, resultado do elevado do número de habitações por vender. A Reserva Federal dos EUA (FED) evidenciou um elevado grau de preocupação com o crescimento económico. A política monetária expansionista foi intensificada, quer através de injeções adicionais de liquidez, quer de compra de títulos de dívida de longo prazo do governo e do forte aumento da dimensão dos programas de compra de títulos de crédito no mercado.

Zona Euro

Na zona Euro, os dados económicos mantiveram o tom negativo até Março, altura a partir da qual começaram a manifestar alguma melhoria. Entre eles, a confiança dos industriais que revelou uma recuperação, apesar da produção industrial ter continuado a registar quedas. O indicador de confiança dos consumidores, por seu lado, mostrou um aumento, facto a que não será alheio ao arrefecimento do nível de preços. A descida da inflação, que encerrou o semestre no nível mais baixo dos últimos 12 anos, permitiu que o Banco Central decretasse mais quatro descidas das taxas de juro directoras, num total de 150 pontos base.

Portugal

Em Portugal, acentuou-se a queda da taxa de crescimento económico, tendo contribuído para esta evolução a forte redução do Investimento Privado. A partir de Março, à semelhança do que aconteceu na zona Euro, os principais indicadores de confiança, quer de consumidores, quer de empresários, apesar de permanecerem em valores muito negativos, inverteram a tendência decrescente. A taxa de desemprego, por seu lado, mostrou um aumento para 9,3%, em Junho, o que coloca o indicador no valor mais elevado desde 1987. Quanto à inflação, registou-se uma queda dos preços homólogos (-1,6%), o que aconteceu pela primeira vez desde a década de 50, enquanto que a inflação média dos últimos 12 meses desceu para 0,9% em Junho.

EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

Mercado Monetário

No período em análise assistiu-se ao incremento de medidas não convencionais por parte dos principais Bancos Centrais de todo o mundo, não constituindo o Banco Central Europeu (BCE) uma excepção. O BCE cortou a sua taxa directora em 1,5% ao longo do primeiro semestre de 2009, tendo a referida taxa passado de 2.50% no início do ano, para 1.00% em Junho. Consequentemente, as taxas de juro de mercado monetário mantiveram a trajectória descendente iniciada no final de 2008, tendo encerrado o mês de Junho nos níveis mais baixos dos últimos anos.

Mercado de Taxa de Juro

Na Zona Euro, o mercado obrigacionista foi, no primeiro trimestre, prejudicado pelos receios de desagregação, com o aumento do risco soberano de alguns Estados membros, culminando num forte alargamento dos respectivos diferenciais de *yield* face a Alemanha. As perspectivas pessimistas de crescimento económico, a descida das taxas directoras e o posterior estreitamento de *spreads* geraram uma valorização do mercado de dívida pública da Zona Euro, de 1.4% (índice JP Morgan EUR), com as *yields* a encerrarem o semestre próximo dos níveis mínimos do ano.

No que diz respeito aos EUA, o período foi caracterizado por uma forte subida das taxas de juro de longo prazo (*yields*), devido à melhoria das perspectivas macroeconómicas e à subida das expectativas de inflação. Consequentemente o índice JP Morgan US desvalorizou-se -4.6%.

Mercado de Crédito

O primeiro semestre deste ano foi caracterizado por uma forte actividade de emissões em mercado primário, nos EUA e na Zona Euro, com boa aceitação por parte dos investidores e por estreitamento de *spreads* nos mercados de secundário. O volume de emissões europeu, ao nível do universo de *rating investment grade*, no final de Junho representava o valor mais elevado desde o ano 2000.

Paralelamente, registaram-se também novas emissões de *rating* inferior a BBB (*high-yield*), em especial de empresas financeiras, cujo montante ultrapassou o total verificado no ano transacto. Esta classe de activos registou obteve uma valorização superior à do mercado de acções durante primeiro semestre, tendo o índice Eur Iboxx Corporates registado uma rendibilidade de 7.4% no período em causa.

Mercados Accionistas

No primeiro semestre de 2009, os mercados accionistas evidenciaram rendibilidades marginalmente positivas, de +1.80% nos EUA (S&P500) e de +0.14% na Zona Euro (EuroStoxx), embora ao longo do período se tenham verificado dois comportamentos distintos. No início do ano, entre Janeiro e Março, o mercado registou um comportamento negativo, chegando a desvalorizar-se mais do que 20%. Os receios quanto à magnitude e consequências da recessão económica, assim como as incertezas relativamente aos resultados de empresas, relativos ao 1º trimestre do ano, condicionaram o comportamento desta classe de activos. Posteriormente, um conjunto de factores provocou a inversão de tal comportamento. Por um lado, os resultados positivos de bancos americanos, a normalização dos mercados de crédito, a implementação de estímulos fiscais e a execução de medidas de política monetária não convencional, por

parte dos Bancos Centrais, justificaram o início da tendência ascendente. Por outro lado, a divulgação de indicadores económicos avançados a registarem subidas, e a surpreenderem pela positiva, geraram maior expectativa quanto ao fim da recessão económica.

O mercado português por seu lado registou uma valorização superior a 15% no primeiro semestre do ano, apresentando uma performance bastante superior à dos seus pares. O índice PSI20 beneficiou de ganhos elevados em “small caps”. Assim, o grupo Sonae liderou os ganhos na primeira metade do ano, com a Sonaecom a subir 75% beneficiando de especulação sobre a fusão com a ZON. Por sua vez, a holding Sonae teve uma valorização de 60%, apesar dos sectores onde está presente enfrentarem um ambiente económico desafiante. Na sequência de fortes perdas no ano de 2008, a Cimpor e Teixeira Duarte recuperaram terreno tendo subido mais de 50%. A EDP Renováveis inverteu a tendência de queda e valorizou 45% no semestre. Os bancos obtiveram um desempenho negativo, com o BES e o BCP a liderarem as quedas, devido a questões relacionadas com necessidades de capital.

Mercado Cambial

O Euro registou, no primeiro semestre de 2009, uma apreciação de 0.7% face ao Dólar americano. O comportamento da moeda única europeia neste período deveu-se principalmente à sinalização de uma menor predisposição para políticas monetárias mais expansionistas por parte do BCE.

PERSPECTIVAS

A informação económica recentemente divulgada aponta para o facto do nível mais baixo de actividade económica ter sido atingido no período compreendido entre o último trimestre de 2008 e o primeiro do corrente ano. Depois da forte contracção de crescimento registada naquele período, que nos EUA e na Zona Euro acabou por constituir a mais forte queda do PIB desde a 2ª Grande Guerra, as estimativas macroeconómicas apontam para uma desaceleração do ritmo da contracção e para crescimento positivo, embora abaixo do nível potencial, para as economias em 2010.

A estabilização dos mercados de crédito, a redução do risco sistémico de falências ao nível do sector financeiro, os elevados estímulos fiscais e monetários assim como o aumento dos níveis de confiança dos agentes económicos deverão exercer a tracção necessária para a recuperação económica.

A manutenção dos níveis positivos da procura por parte das economias emergentes e o forte desequilíbrio criado entre o aumento de ordens de produção e os reduzidos níveis de inventários deverão contribuir para uma forte subida da produção industrial e, conseqüentemente, para uma maior utilização de recursos de trabalho e de capital. No entanto, dadas as fortes restrições ainda existentes ao nível da concessão de crédito real e o processo estrutural de redução de desequilíbrios entre níveis de endividamento e de capital nas empresas do sector financeiro, deverão contribuir para um crescimento económico global, a médio prazo, inferior aos níveis verificados nas últimas décadas.

Dada a fragilidade da recuperação em curso, os Bancos Centrais deverão manter as taxas de juro directoras inalteradas por um período de tempo prolongado, até haver evidência de recuperação sustentável e surgimento de inflação, que no contexto actual de fraca utilização dos recursos deverá permanecer em níveis historicamente baixos. Deste modo, as taxas de juro de curto prazo deverão continuar na tendência de descida actual e posteriormente, a estabilizar em níveis reduzidos.

O comportamento das rendibilidades (*yields*) das obrigações do tesouro com maturidades mais longas, dever-se-á reger pelas expectativas de crescimento económico futuro e pelo aumento de prémio de risco de inflação. No entanto, a estabilidade de taxas directoras, que se antevê, assim como a fraca probabilidade de sobreaquecimento económico deverão evitar subidas dos níveis de *yields* para patamares historicamente elevados.

O mercado de crédito deverá continuar a obter suporte via procura, dados os níveis ainda extremos de desvalorização, tanto em termos absolutos como relativos a outras classes de activos. A esperada redução dos níveis de oferta em primário, devido a menores necessidades de financiamento, as elevadas taxas de falência ainda implícitas e a maior eficiência das empresas em termos de contenção de custos constituirão factores críticos para a continuação da performance positiva do risco de crédito. No entanto, após um contexto de fortes valorizações, os investidores deverão adoptar uma postura de maior exigência na relação rendimento/risco dos emitentes.

Após as fortes valorizações ocorridas na classe das acções no segundo trimestre, com os agentes a descontarem com maior probabilidade o fim da recessão, dada toda a informação económica divulgada, o mercado entrou numa fase de consolidação. A prevalência de factores mais estruturais, tais como as valorizações relativamente a obrigações do tesouro e a mercados monetários, o posicionamento extremamente defensivo dos investidores e a tendência de mais revisões em alta de resultados a nível global, deverão contribuir no futuro para uma nova valorização do mercado.

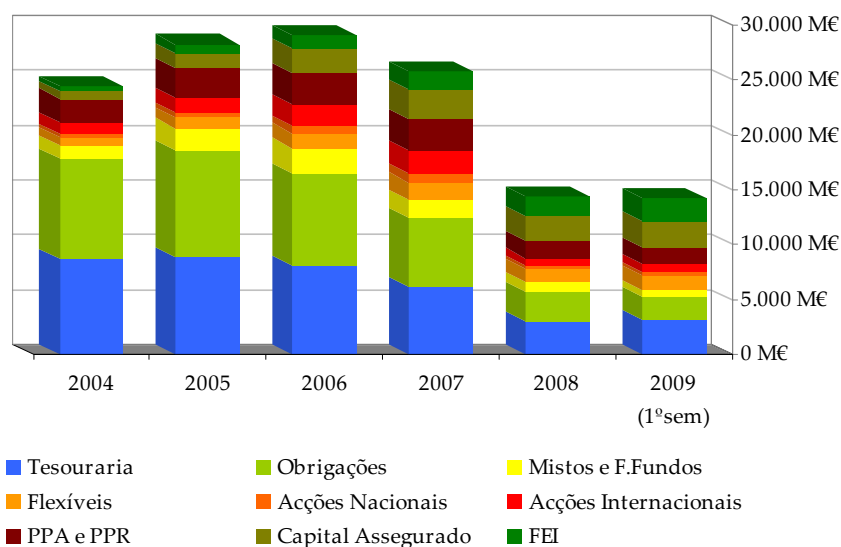
A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS

No primeiro semestre de 2009, registou-se uma estabilização do volume do mercado português de fundos de investimento. Depois de se terem verificado fortes quedas no ano anterior, o volume de activos geridos pelo conjunto das sociedades gestoras nacionais baixou apenas 1% na primeira metade do ano, para 14.193 M€. Esta evolução não foi contudo homogénea em todo o período: até Fevereiro manteve-se a tendência descendente que caracterizou os 18 meses anteriores, enquanto que a partir de Março as taxas de crescimento do mercado foram consistentemente positivas tanto em Portugal como na Europa.

No período em análise, o volume dos Fundos de Acções aumentou 9%, em linha com a recuperação dos índices bolsistas internacionais; os Fundos de Capital Garantido cresceram 12%, em resposta à procura de fundos com rendibilidades mais previsíveis; e os Fundos Especiais de Investimento aumentaram 13%, numa tentativa da indústria de Fundos em oferecer alternativas de Investimento atractivas aos clientes. É ainda de assinalar o regresso dos Fundos de Tesouraria a taxas de crescimento positivas, 6% no primeiro semestre, em resposta à diminuição do valor nominal das taxas de juro dos depósitos bancários.

Os Fundos de Obrigações e os Fundos Mistos, por seu lado, continuaram a registar perdas de volume, respectivamente, -24% e -19%, devido à quebra de rendibilidades; o mesmo sucedendo com os Fundos PPR que, durante o primeiro semestre, perderam 13%.

MERCADO DE FUNDOS MOBILIÁRIOS PORTUGUÊS



Nos primeiros seis meses de 2009, foram constituídos 10 novos fundos, maioritariamente Fundos Especiais de Investimento e Fundos de Capital Garantido, e foram liquidados 14 fundos, especialmente Fundos de Fundos, reduzindo para 288 o número de fundos mobiliários portugueses em actividade.

No final de Junho de 2009, as cinco maiores sociedades gestoras portuguesas concentravam 88% do mercado de Fundos Mobiliários, situando-se a quota da Caixagest em 24,4%, menos 80 p.b. que no início do ano, embora mantendo a liderança do mercado.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Caracterização do Fundo

O Fundo Especial de Investimento Aberto CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS iniciou a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Sendo comercializado na CGD, este Fundo destina-se a investidores que pretendem fazer aplicações de longo prazo superiores a 5.000 €, com capitalização dos rendimentos gerados.

O património do Fundo será composto por unidades de participação de fundos, e por outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das Energias Renováveis, Qualidade do Ambiente e Activos “carbon”.

Estratégia de Investimento

Apesar da sua elevada volatilidade, os mercados de acções de energias renováveis encerraram o primeiro semestre com uma valorização bastante positiva, com o índice Wilderhill New Energy Global a ganhar 23.7%, valor bastante acima dos mercados accionistas mundiais. O forte apoio e atenção que o recém-eleito presidente dos EUA tem dispensado ao tema das Energias Renováveis, aliado a um sentimento mais positivo sobre uma recuperação económica mundial e à subida que o preço do barril de petróleo ao longo do semestre, serviram de suporte a este mercado.

O crescente interesse e preocupação com as emissões de gases poluentes em países como os EUA e a Austrália tem aumentado as expectativas quanto à evolução do mercado de Licenças de Carbono. Este mercado encontra-se bastante desenvolvido a nível europeu e começa agora a dar os primeiros passos no continente norte-americano.

Ao longo do primeiro semestre de 2009, o Fundo procurou aumentar a exposição a fundos com objectivos de retorno absoluto, em detrimento de investimentos mais direccionados para fundos de acções do sector. Esta decisão surge na sequência de uma visão menos positiva para os mercados accionistas e de uma tentativa de diversificação da carteira. Apesar deste posicionamento estrutural mais conservador, o Fundo procurou tirar partida da volatilidade nos mercados accionistas através de investimentos pontuais nesta classe de activos e procurou ainda captar retorno através de investimentos em empresas que beneficiam indirectamente do crescimento do segmento das energias renováveis.

Avaliação do desempenho

Em 30 de Junho de 2009, o valor da carteira do Fundo CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS ascendia a 42.804.489,72 €, e encontrava-se repartido por 7.999.390 unidades de participação. Nos últimos doze meses, e exclusivamente por efeito da desvalorização do mercado no 2º semestre de 2008, o fundo registou uma rendibilidade anual líquida de - 8,90%, e uma volatilidade de 7,83%; enquanto que a rendibilidade efectiva no 1º semestre de 2009 se situou em 3,25%.

Rendibilidade e Risco Históricos

Anos	Rendibilidade	Classe de Risco
2006	4,28%	3
2007	12,75%	4
2008	- 12,07%	3
2009 (a)	- 8,90%	3

(a) Rendibilidade entre 30/06/08 e 30/06/09.

Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP)

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 6 (risco máximo)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2009			2008		CAPITAL DO FUNDO E PASSIVO	Notas	2009	2008
		Activo bruto	Mais-valias	Menos-valias	Activo líquido	Activo líquido				
CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL DO FUNDO			
Unidades de participação	3	34.991.354	3.504.399	(587.055)	37.908.698	46.312.993	Unidades de participação	1	39.996.950	50.283.230
Acções	3	1.358.682	-	(242.729)	1.115.953	2.577.300	Variações patrimoniais	1	2.733.066	3.260.325
		<u>36.350.036</u>	<u>3.504.399</u>	<u>(829.784)</u>	<u>39.024.651</u>	<u>48.890.293</u>	Resultados transitados	1	(1.242.471)	5.619.262
							Resultado líquido do período	1	1.316.945	(685.000)
									<u>42.804.490</u>	<u>58.477.817</u>
TERCEIROS							TERCEIROS			
Contas de devedores	17	326.594	-	-	326.594	-	Comissões a pagar		40.635	68.622
							Outras contas de credores		127	452.414
DISPONIBILIDADES									<u>40.762</u>	<u>521.036</u>
Depósitos à ordem	3	3.569.440	-	-	3.569.440	3.891.410	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
Depósitos a prazo e com pré-aviso		-	-	-	-	6.000.000	Outros acréscimos e diferimentos	11	76.952	-
		<u>3.569.440</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.569.440</u>	<u>9.891.410</u>				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS										
Acréscimos de proveitos		-	-	-	-	36.093				
Outros acréscimos e diferimentos		1.519	-	-	1.519	181.057				
		<u>1.519</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.519</u>	<u>217.150</u>				
Total do Activo		<u><u>40.247.589</u></u>	<u><u>3.504.399</u></u>	<u><u>(829.784)</u></u>	<u><u>42.922.204</u></u>	<u><u>58.998.853</u></u>	Total do Capital do Fundo e do Passivo		<u><u>42.922.204</u></u>	<u><u>58.998.853</u></u>
Número total de unidades de participação em circulação	1				7.999.390	10.056.646	Valor unitário da unidade de participação	1	5,3510	5,8148

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2009.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

<u>DIREITOS SOBRE TERCEIROS</u>				<u>RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS</u>			
	<u>Notas</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>		<u>Notas</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Operações cambiais A prazo (Forwards cambiais)	11	2.220.125	9.383.596	Operações cambiais A prazo (Forwards cambiais)	11	2.304.280	9.350.708
Total dos Direitos		<u>2.220.125</u>	<u>9.383.596</u>	Total das Responsabilidades		<u>2.304.280</u>	<u>9.350.708</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2009.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS		Notas	2009	2008	PROVEITOS		Notas	2009	2008
CUSTOS E PERDAS CORRENTES					PROVEITOS E GANHOS CORRENTES				
Juros e custos equiparados:					Juros e proveitos equiparados:				
Outros, de operações correntes			6	-	Da carteira de títulos			-	1.535
Comissões:					Outros, de operações correntes				
Da carteira de títulos			2.704	923	Rendimento de títulos			18.801	274.367
Outras, de operações correntes	15		241.974	390.867	Ganhos em operações financeiras:				
Perdas em operações financeiras:					Na carteira de títulos				
Na carteira de títulos			4.553.769	5.825.904	Em operações extrapatrimoniais			5.469.116	5.392.162
Em operações extrapatrimoniais			510.474	609.223				532.428	391.286
Impostos:					PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS				
Impostos sobre o rendimento	9		(340.776)	146.576	Ganhos imputáveis a exercícios anteriores				
Impostos indirectos	9		-	33				-	18.604
Outros custos e perdas correntes	15		185	143					
			<u>4.968.336</u>	<u>6.973.669</u>					
CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS									
Perdas imputáveis a exercícios anteriores			-	172					
Resultado líquido do período									
			1.316.945	(685.000)					
			<u>6.285.281</u>	<u>6.288.841</u>				<u>6.285.281</u>	<u>6.288.841</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO

"CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS

EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

<u>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO FUNDO</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Recebimentos:		
Subscrições de unidades de participação	128.203	12.134.770
Pagamentos:		
Resgates de unidades de participação	<u>(3.670.014)</u>	<u>(4.379.451)</u>
Fluxo das operações sobre as unidades do Fundo	<u>(3.541.811)</u>	<u>7.755.319</u>
 <u>OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS</u>		
Recebimentos:		
Vendas de títulos	1.047.123	2.020.350
Resgates de unidades de participação	20.091.239	9.999.949
Rendimento de títulos	347.488	152.274
Juros e proveitos similares recebidos	-	77.633
Pagamentos:		
Compra de títulos	-	(1.111.250)
Subscrições de unidades de participação	(19.374.194)	(20.777.976)
Comissões de corretagem	(2.618)	(287)
Outras taxas e comissões	(106)	(101)
Fluxo das operações da carteira de títulos	<u>2.108.932</u>	<u>(9.639.408)</u>
 <u>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</u>		
Recebimentos:		
Operações cambiais	26.867.984	28.433.416
Pagamentos:		
Operações cambiais	<u>(26.586.040)</u>	<u>(28.203.047)</u>
Fluxo das operações a prazo e de divisas	<u>281.944</u>	<u>230.369</u>
 <u>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</u>		
Recebimentos:		
Juros de depósitos bancários	63.278	235.475
Vencimento de depósitos a prazo e com pré aviso	3.500.000	16.500.000
Pagamentos:		
Comissão de gestão	(223.711)	(347.835)
Comissão de depositário	(15.979)	(24.845)
Impostos e taxas	(174.303)	(784.642)
Juros de descobertos bancários	(4)	-
Constituição de depósitos a prazo e com pré aviso	-	(13.000.000)
Outros	(1.570)	(1.525)
Fluxo das operações de gestão corrente	<u>3.147.711</u>	<u>2.576.628</u>
 <u>OPERAÇÕES EVENTUAIS</u>		
Recebimentos:		
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores	-	58.080
Pagamentos:		
Perdas imputáveis a exercícios anteriores	(374)	-
Fluxo das operações eventuais	<u>(374)</u>	<u>58.080</u>
 Saldo dos fluxos monetários do período	<u>1.996.402</u>	<u>980.988</u>
Depósitos à ordem no início do período	<u>1.573.038</u>	<u>2.910.422</u>
Depósitos à ordem no fim do período	<u>3.569.440</u>	<u>3.891.410</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009.

FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO ABERTO "CAIXAGEST ENERGIAS RENOVÁVEIS"

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Fundo Especial de Investimento Aberto "Caixagest Energias Renováveis" (adiante igualmente designado por "Fundo"), foi autorizado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2005, tendo iniciado a sua actividade em 24 de Outubro de 2005. Este Fundo foi constituído por prazo indeterminado e tem por objecto o investimento em unidades de participação de fundos e de outros valores mobiliários equiparáveis cotados e não cotados, que investem em projectos ou activos associados ao segmento das energias renováveis, qualidade do ambiente e activos *carbon*.

O Fundo é administrado, gerido e representado pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.. As funções de banco depositário são exercidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Fundo, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 252/03, de 17 de Outubro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são exigidas para efeito do anexo às contas semestrais, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO FUNDO

O património do Fundo está formalizado através de unidades de participação, com características iguais e sem valor nominal, as quais conferem aos seus titulares o direito de propriedade sobre os valores do Fundo, proporcionalmente ao número de unidades que representam.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, foi como segue:

	Saldo em 31.12.2008	Subscrições	Resgates	Transferências	Resultado líquido do período	Saldo em 30.06.2009
Valor base	43.381.370	122.455	(3.506.875)	-	-	39.996.950
Diferença para o valor base	2.890.457	5.748	(163.139)	-	-	2.733.066
Resultados transitados	5.619.262	-	-	(6.861.733)	-	(1.242.471)
Resultado líquido do período	(6.861.733)	-	-	6.861.733	1.316.945	1.316.945
	<u>45.029.356</u>	<u>128.203</u>	<u>(3.670.014)</u>	<u>-</u>	<u>1.316.945</u>	<u>42.804.490</u>
Número de unidades de participação em circulação	<u>8.676.274</u>	<u>24.491</u>	<u>(701.375)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.999.390</u>
Valor unitário da unidade de participação	<u>5,1899</u>	<u>5,2347</u>	<u>5,2326</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5,3510</u>

O valor líquido global do Fundo, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada mês do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, foi o seguinte:

Meses	Valor líquido global do Fundo	Valor da unidade de participação	Número de unidades de participação em circulação
Janeiro	44.589.539	5,2175	8.546.174
Fevereiro	43.848.692	5,1809	8.463.544
Março	43.119.267	5,1559	8.363.056
Abril	43.332.867	5,2754	8.214.179
Maior	43.010.527	5,3518	8.036.655
Junho	42.804.490	5,3510	7.999.390

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

Em 30 de Junho de 2009, o número de participantes em função do Valor Líquido global do Fundo, apresenta o seguinte detalhe:

Entre 5% e 10%	1
Entre 0,5% e 2%	1
Até 0,5%	2.722

Total de participantes	2.724
	=====

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de Junho de 2009, a carteira de títulos tem a seguinte composição:

	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Mais-valias</u>	<u>Menos-valias</u>	<u>Valor da carteira</u>
Valores Mobiliários Cotados:				
Mercado de Bolsa de Estados não Membros UE				
Acções				
- INFIGEN ENERGY	<u>1.358.682</u>	<u>-</u>	<u>(242.729)</u>	<u>1.115.953</u>
Outros valores:				
Valores mobiliários nacionais não cotados				
Unidades de participação				
- FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	4.500.000	67.399	-	4.567.399
- Luso Carbon Fund	2.500.000	503.197	-	3.003.197
- FLORESTA ATLÂNTICA	<u>1.400.000</u>	<u>38.312</u>	<u>-</u>	<u>1.438.312</u>
	<u>8.400.000</u>	<u>608.908</u>	<u>-</u>	<u>9.008.908</u>
Unidades de participação:				
OIC domiciliados em Portugal				
- FEI CX F. MONETARIO	3.479.000	31.348	-	3.510.348
- CXGEST OBRIG. EURO	<u>2.999.518</u>	<u>6.373</u>	<u>-</u>	<u>3.005.891</u>
	<u>6.478.518</u>	<u>37.721</u>	<u>-</u>	<u>6.516.239</u>
OIC domiciliados em Estado Membro UE				
- NOVEENERGIA II 2010	10.000.000	2.011.692	-	12.011.692
- ZEPHYR COM.CL B	3.000.000	-	(207.662)	2.792.338
- SGAM AI SHORT FUND A	1.950.000	29.234	-	1.979.234
- ALLIANZ DIT GLB ECTR	1.690.666	238.088	-	1.928.754
- EUROPEAN CARBON FUND	1.238.416	578.710	-	1.817.126
- PF - WATER I	1.434.494	-	(379.393)	1.055.101
- Dexia Money Market E	<u>799.260</u>	<u>46</u>	<u>-</u>	<u>799.306</u>
	<u>20.112.836</u>	<u>2.857.770</u>	<u>(587.055)</u>	<u>22.383.551</u>
	<u>36.350.036</u>	<u>3.504.399</u>	<u>(829.784)</u>	<u>39.024.651</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, foi o seguinte:

	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo e com pré-aviso	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	1.573.038	3.500.000	5.073.038
. Aumentos	1.996.402	-	1.996.402
. Reduções	-	(3.500.000)	(3.500.000)
Saldos em 30 de Junho de 2009	<u>3.569.440</u>	<u>-</u>	<u>3.569.440</u>

Em 30 de Junho de 2009, os depósitos à ordem encontram-se domiciliados na CGD, e apresentam a seguinte composição por moeda de origem:

<u>Moeda</u>	<u>Montante na moeda original</u>	<u>Contravalor em Euros</u>
EUR	2.696.534	2.696.534
AUD	1.268.421	730.699
USD	200.995	142.207

		3.569.440
		=====

Em 30 de Junho de 2009, os depósitos à ordem denominados em Euros eram remunerados à taxa anual bruta de 0,748%.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Reconhecimento de juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados pelo montante bruto, sendo o respectivo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) reconhecido na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Impostos sobre o rendimento" (Nota 9).

b) Carteira de títulos

As compras de títulos e de direitos de subscrição são registadas, na data da transacção, pelo seu valor efectivo de aquisição, com excepção das compras de títulos e direitos de subscrição em mercados estrangeiros, as quais apenas são registadas no dia útil seguinte.

Os títulos em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transaccionados num mercado regulamentado e com transacções efectuadas nos últimos 15 dias, são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da *Reuters* e da *Bloomberg*;
- ii) Se os valores mobiliários forem cotados em mais de uma bolsa, será considerado o preço praticado no mercado que apresenta maior liquidez, frequência e regularidade de transacções;
- iii) Os valores mobiliários cotados sem transacções nos últimos 15 dias e os não cotados são ambos valorizados quinzenalmente ao valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, à média dos preços de compra veiculados pela *Bloomberg* para uma *poule* de contribuidores pré-definida pela Sociedade Gestora;

- iv) Na impossibilidade de aplicação do referido na alínea anterior, a entidade gestora recorre a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado;
- v) Os valores mobiliários em processo de admissão a um mercado regulamentado, são valorizados tendo por base os preços de mercado de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, introduzindo um desconto que reflecta as características de fungibilidade, frequência e liquidez entre as emissões; e
- vi) As unidades de participação em carteira são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respectiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço de mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adoptado tem em conta o preço mais representativo, em função designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transacções.

Considerando que uma parte dos fundos em que o Fundo investe divulgam, no mínimo trimestralmente, o valor das respectivas unidades de participação, tal poderá implicar um desfasamento, em relação ao último valor disponibilizado, de 90 dias.

As mais ou menos-valias líquidas apuradas de acordo com as políticas contabilísticas definidas anteriormente, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas de "Ganhos/Perdas em operações financeiras na carteira de títulos", por contrapartida das rubricas "Mais-valias" e "Menos-valias" do activo.

Os rendimentos distribuídos pelos fundos nos quais o Fundo detém unidades de participação são registados como proveitos na rubrica "Rendimento de títulos" no exercício em que são recebidos ou quando a respectiva sociedade gestora procede à sua divulgação.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado mensalmente ao dia 21 (ou no dia útil anterior, no caso de não ser um dia útil) e no final de cada mês dividindo o valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido do património corresponde ao somatório das rubricas do capital do Fundo.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

d) Comissão de gestão e de depositário

A comissão de gestão e a comissão de depositário constituem um encargo do Fundo, a título de remuneração de serviços a si prestados.

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, estas comissões são calculadas mensalmente, por aplicação de uma taxa fixa anual de 1,4% para a comissão de gestão e de 0,1% para a comissão de depositário, sobre o valor diário do património líquido do Fundo, excluído do valor investido em unidades de participação de fundos geridos pela sociedade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de grupo.

A comissão de gestão e a comissão de depositário são liquidadas mensalmente, através da aplicação das percentagens acima definidas, sendo registadas na rubrica "Comissões - Outras, de operações correntes".

e) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do Fundo. Esta remuneração é calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do Fundo no final de cada mês. Em 30 de Junho de 2009, esta taxa ascendia a 0,03%. Sempre que o resultado obtido seja inferior a 200 Euros ou superior a 20.000 Euros, a taxa mensal devida, corresponderá a um desses limites.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

f) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em Euros, com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal. As diferenças resultantes da reavaliação cambial são reflectidas na demonstração dos resultados do exercício.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no exercício em que ocorrem.

Os contratos de fixação de câmbio são reavaliados com base nas taxas de juro em vigor para as diferentes moedas e prazos residuais das operações, sendo as mais e menos valias apuradas registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica de “Ganhos ou Perdas em operações financeiras – Em operações extrapatrimoniais”, por contrapartida da rubrica de “Acréscimos e diferimentos”, do activo ou do passivo.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Em conformidade com o Artigo 22º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos fundos especiais de investimento constituídos sobre a forma de fundos de fundos respeitantes a unidades de participação estão isentos de IRC, com excepção dos rendimentos de unidades de participação de fundos não constituídos de acordo com a legislação nacional e os juros dos depósitos à ordem, os quais são tributados às taxas de 20%.

O Fundo apenas regista imposto sobre os ganhos efectivos obtidos em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros no momento do seu resgate, não registando qualquer imposto sobre ganhos potenciais líquidos.

As mais-valias de acções são tributadas nas mesmas condições das auferidas por pessoas singulares residentes em território português. Assim, ao saldo positivo apurado entre as mais-valias e as menos-valias obtidas em cada exercício, é aplicada uma taxa de IRC de 10%, sendo que, para as acções que se encontrem em carteira há mais de um ano não há lugar a tributação. É ainda de referir que, no apuramento das mais-valias fiscais decorrentes da alienação de acções, é utilizado o critério FIFO. Por outro lado, o Fundo apenas regista imposto sobre mais-valias efectivas obtidas em acções no momento da sua alienação, não registando qualquer imposto sobre mais-valias potenciais líquidas obtidas em acções detidas há menos de um ano.

Os ganhos realizados em operações cambiais a prazo são tributados à taxa de 20%, quando obtidos em território nacional, e à taxa de 25%, quando resultem de operações com não residentes. Os ganhos para efeitos fiscais são calculados com base na diferença entre as taxas spot e forward contratadas no início das operações.

Em 30 de Junho de 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Impostos sobre o rendimento pagos em Portugal:	
- Rendimento de unidades de participação	52.987
- Juros de depósitos à ordem	2.197
- Juros de depósitos a prazo	1.563
- Ganhos em operações cambiais a prazo	345
- Perdas em unidades de participação	(397.868)

	(340.776)
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de Junho de 2009, o Fundo detém os seguintes activos expressos em moeda estrangeira:

Moeda	Posição cambial					Total	Posição global
	À Vista	Futuros	Forwards	A Prazo			
				Swaps	Opções		
AUD	3.206.627	-	(4.000.000)	-	-	(4.000.000)	(793.373)
USD	625.969	-	-	-	-	-	625.969
Contravalor em Euros	<u>2.290.123</u>	<u>-</u>	<u>(2.304.280)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.304.280)</u>	<u>(14.157)</u>

Em 30 de Junho de 2009, a rubrica "Outros acréscimos e diferimentos – Passivo" corresponde ao efeito da reavaliação dos contratos a prazo em vigor.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao Fundo durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009, apresentam o seguinte detalhe:

Custos	Valor	% Valor médio líquido global do Fundo
Comissão de gestão:		
Componente fixa	218.552	0,4998%
Componente variável	-	-
Comissão de depósito	15.611	0,0357%
Taxa de supervisão	7.811	0,0179%
	<u>241.974</u>	
Outros	185	0,0004%
Comissões e taxas indirectas	400.299	0,9154%
	<u>642.458</u>	
Valor médio líquido global do Fundo	43.728.043	
Taxa global de custos (TGC)	1,4692%	

Em 30 de Junho de 2009, a rubrica "Comissões e taxas indirectas" apresenta o seguinte detalhe:

NOVEENERGIA II 2010	115.910
FIQ-ENE.RENOV.CX CAP	89.724
ZEPHYR COM.CL B	40.643
Luso Carbon Fund	38.997
EUROPEAN CARBON FUND	26.833
KENMAR GLOBAL RESOUR	22.240
Outros	65.952

	400.299
	=====

17. CONTAS DE DEVEDORES

Em 30 de Junho de 2009, esta rubrica corresponde, essencialmente, ao imposto a recuperar relativo a menos-valias efectivas ocorridas em resgates de unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros.

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 do Fundo Especial de Investimento Aberto “Caixagest Energias Renováveis” (Fundo), gerido pela Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. (Sociedade Gestora), incluída no relatório de gestão, no balanço (que evidencia um total de 42.922.204 Euros e um total de capital do Fundo de 42.804.490 Euros, incluindo um resultado líquido do período de 1.316.945 Euros), nas demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, são as que constam dos registos contabilísticos do Fundo.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira acima referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e nas Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo sido planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever, para os aspectos materialmente relevantes: (i) o suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo; (iv) a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos no regulamento de gestão do Fundo; (v) a verificação do controlo sobre eventuais operações efectuadas fora de bolsa; (vi) a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e resgate das unidades de participação do Fundo; (vii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; (viii) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (ix) a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Página 2 de 2

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do Fundo Especial de Investimento Aberto “Caixagest Energias Renováveis” relativa ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2009 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os organismos de investimento colectivo e que, nos termos das definições incluídas nas Directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

9. Nos termos do Regulamento nº 16/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o Fundo não procedeu ao registo do imposto sobre as mais-valias potenciais em unidades de participação de fundos de investimento estrangeiros. A nossa estimativa do impacto desta situação aponta para que, com referência a 30 de Junho de 2009, o referido imposto ascenda a, aproximadamente, 572.000 Euros (aproximadamente, 498.000 Euros em 30 de Junho de 2008).

Porto, 29 de Agosto de 2009



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Eduardo Manuel Fonseca Moura